

Submitted: Jul 24th, 2026

Approved: Aug 14th, 2026

Análise do discurso e leitura: fundamentos, percursos e aplicações críticas

Discourse analysis and reading: foundations, paths and critical applications

El análisis del discurso y la lectura: fundamentos, recorridos y aplicaciones críticas

Thiago Barbosa Soares

Doutor em Linguística

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Endereço: Palmas, Tocantins, Brasil

E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br

RESUMO

A Análise do Discurso (AD) configura-se como uma abordagem teórica que compreende a leitura como uma prática discursiva, social e historicamente situada, na qual os sentidos são produzidos e negociados a partir das condições de produção, das formações ideológicas e das heterogeneidades epistemológicas que atravessam tanto os textos quanto os sujeitos que os interpretam. Este artigo explora os fundamentos da AD, com destaque para os conceitos de formação discursiva, interdiscurso e efeitos de sentido, aprofundados pelas reflexões sobre percurso discursivo desenvolvidas nas produções autorais do pesquisador, evidenciando como esses referenciais contribuem para a compreensão da leitura para além de um ato de mera decodificação. Argumenta-se que a leitura é um processo ativo, dialógico e situado de construção de significados, no qual o sujeito-leitor é interpelado por discursos preexistentes, mas também participa ativamente da circulação, da contestação e da resignificação dos sentidos. Além da reflexão teórica, discute-se a aplicação da AD em contextos educacionais e midiáticos, ampliando-a para a análise de saberes locais e vozes historicamente marginalizadas, destacando sua importância para a formação de leitores críticos e conscientes das relações de poder que estruturam os discursos. Conclui-se que a AD oferece ferramentas valiosas para desnaturalizar os sentidos, promovendo uma prática leitora mais reflexiva, capaz de questionar as evidências discursivas e ampliar a compreensão dos processos de produção e interpretação textual em suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: análise do discurso, leitura crítica, interpretação discursiva, ideologia, percurso discursivo.

ABSTRACT

Discourse Analysis (DA) is a theoretical approach that understands reading as a discursive, socially and historically situated practice, in which meanings are produced and negotiated based on production conditions, ideological formations, and epistemological heterogeneities that permeate both texts and the subjects who interpret them. This article explores the foundations of DA, with emphasis on the concepts of

discursive formation, interdiscourse, and effects of meaning — deepened by reflections on the discursive path developed in the author's research — showing how these frameworks contribute to understanding reading beyond mere decoding. It is argued that reading is an active, dialogic, and situated process of meaning construction, in which the subject-reader is interpellated by preexisting discourses, yet also actively participates in the circulation, contestation, and resignification of meanings. Beyond theoretical reflection, the application of DA in educational and media contexts is discussed, extending it to the analysis of local knowledge and historically marginalized voices, highlighting its relevance for fostering critical readers aware of the power relations that structure discourse. It is concluded that DA provides valuable tools to denaturalize meanings, promoting a more reflective reading practice capable of questioning discursive evidence and expanding the understanding of textual production and interpretation processes in their multiple dimensions.

Keywords: discourse analysis, critical reading, discursive interpretation, ideology, discursive path.

RESUMEN

El Análisis del Discurso (AD) se configura como un enfoque teórico que entiende la lectura como una práctica discursiva, social e históricamente situada, en la que se producen y negocian significados a partir de las condiciones de producción, las formaciones ideológicas y las heterogeneidades epistemológicas que atraviesan tanto los textos como los sujetos que los interpretan. Este artículo explora los fundamentos del AD, con énfasis en los conceptos de formación discursiva, interdiscurso y efectos de significado, profundizados por reflexiones sobre el recorrido discursivo desarrolladas en las producciones propias del investigador, destacando cómo estos marcos contribuyen a la comprensión de la lectura más allá de un mero acto de decodificación. Se argumenta que la lectura es un proceso activo, dialógico y situado de construcción de significados, en el que el sujeto-lector es interpelado por discursos preexistentes, pero también participa activamente en la circulación, la impugnación y la resignificación de los significados. Además de la reflexión teórica, se discute la aplicación del AD en contextos educativos y mediáticos, ampliándola al análisis de saberes locales y voces históricamente marginadas, destacando su importancia para la formación de lectores críticos conscientes de las relaciones de poder que estructuran los discursos. Se concluye que el AD ofrece herramientas valiosas para desnaturalizar los significados, promoviendo una práctica de lectura más reflexiva, capaz de cuestionar la evidencia discursiva y ampliar la comprensión de los procesos de producción e interpretación textual en sus múltiples dimensiones.

Palabras clave: análisis del discurso, lectura crítica, interpretación discursiva, ideología, recorrido discursivo.

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) emerge como um campo interdisciplinar que busca compreender os processos de produção, circulação e interpretação de textos, situando-os

em seus contextos históricos, sociais e ideológicos. Originada na França na década de 1960, com os trabalhos pioneiros de Michel Pêcheux, a AD consolidou-se como uma teoria que não apenas analisa a estrutura linguística dos enunciados, mas também investiga as condições de sua produção, os mecanismos de legitimação de sentidos e os efeitos que esses discursos geram sobre os sujeitos e as relações sociais (Pêcheux, 2009). Nesse sentido, a AD apresenta-se como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para a compreensão da leitura enquanto prática social, na qual os textos não são vistos como entidades autônomas ou portadoras de um sentido único e pré-determinado, mas como produtos de relações de poder, de disputas ideológicas e de múltiplas tradições discursivas que os atravessam (Orlandi, 2015). Ao situar a leitura como um fenômeno que não se reduz ao domínio individual ou cognitivo, esta abordagem permite repensar tanto os processos de ensino quanto as formas de compreender a circulação de ideias na sociedade contemporânea.

Este artigo tem como objetivo apresentar e ampliar a perspectiva da Análise do Discurso como uma teoria da leitura, congregando referenciais clássicos da área às reflexões desenvolvidas ao longo de minha trajetória de pesquisa, especialmente no que se refere às heterogeneidades epistemológicas e ao percurso discursivo que moldam tanto a produção quanto a recepção de textos. Partindo do pressuposto de que a leitura é uma atividade constitutivamente dialógica e situada, a AD permite explorar como os sujeitos são posicionados pelos discursos, mas também como eles ressignificam esses mesmos discursos a partir de suas próprias vivências e referenciais (Bakhtin, 2020). Além disso, ao articular esses referenciais às discussões sobre saberes locais e vozes historicamente excluídas (tema que ganha relevância em contextos regionais como o do Tocantins, onde diferentes tradições de saber convivem) busca-se demonstrar como a AD se torna um instrumento essencial para a crítica e a reflexão sobre práticas de leitura que vão além dos modelos hegemônicos. Ao longo do trabalho, percorrem-se os fundamentos teóricos da área, sua aplicação à compreensão da leitura como prática discursiva, seus desdobramentos em contextos educacionais e midiáticos, até chegar às considerações finais, mantendo um fluxo contínuo e integrado entre as ideias.

Ao situar a Análise do Discurso como uma teoria consistente da leitura, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico ao propor uma articulação inédita entre os marcos teóricos consolidados e as reflexões desenvolvidas em minhas produções autorais, respondendo a desafios que se colocam hoje para a pesquisa em linguagem e

educação: como reconhecer a pluralidade de formas de ler? Como evitar que a leitura crítica se reduza a um novo conjunto de regras impostas? Como dar conta da dimensão política da interpretação sem simplificar sua complexidade? Entende-se que essas questões não têm respostas definitivas, mas podem ser aprofundadas a partir de uma perspectiva que une rigor teórico e atenção às práticas sociais concretas.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD) francesa, consolidada a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux na década de 1960, configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que rompe com as visões que reduzem a linguagem a um sistema formal neutro ou a um simples instrumento de comunicação de ideias pré-existentes. Influenciada simultaneamente pela filosofia marxista, pela psicanálise lacaniana, pela linguística saussureana e pelas reflexões sobre a história das ideias, a AD propõe que a linguagem é o espaço material onde se articulam as formações ideológicas, as relações de poder e as disputas sobre o que é considerado verdadeiro, legítimo ou relevante em uma determinada sociedade (Pêcheux, 2010). Diferente de correntes que focam apenas na estrutura gramatical ou na intenção individual do falante, essa perspectiva investiga as condições históricas e sociais que tornam certos enunciados possíveis, verossímeis ou dominantes, ao mesmo tempo em que tornam outros ininteligíveis, inadequados ou invisíveis. É justamente por essa capacidade de situar a linguagem em sua dimensão política e histórica que a AD se apresenta como base sólida para uma teoria crítica da leitura.

O conceito central que estrutura essa abordagem é o de formação discursiva, definido como o conjunto de regras implícitas e explícitas que, em um dado momento histórico, delimitam o que pode ser dito, pensado ou legitimado sobre um determinado tema, por quais sujeitos e em quais circunstâncias. Como destaca Pêcheux (2010), as formações discursivas não são sistemas fechados ou impostos de forma autoritária: elas se entrelaçam às formações ideológicas que organizam a sociedade, refletindo e reproduzindo as relações de força e as hierarquias que a constituem. O que parece ser uma afirmação natural, óbvia ou “sem contestação” frequentemente revela justamente a força de uma formação discursiva que conseguiu estabilizar certos sentidos como se fossem inerentes às próprias coisas, sendo essa naturalização que a AD busca desconstruir. Ao

longo de minha trajetória de pesquisa, amplio essa noção ao argumentar que as formações discursivas também são permeáveis e contraditórias: elas não definem apenas limites, mas abrem brechas onde saberes distintos, vozes marginalizadas e experiências não institucionalizadas podem se inscrever, gerando deslocamentos e ressignificações que transformam o próprio campo do que é dizível (Soares, 2022). Essa visão é fundamental para não reduzir a análise a uma mera identificação de dominações, mas também para reconhecer as possibilidades de resistência e criação simbólica.

Intimamente ligado à formação discursiva está o conceito de interdiscurso, que corresponde à imensa rede de discursos preexistentes, produzidos em outros tempos, por outros sujeitos, em outras esferas sociais, que atravessa qualquer enunciado novo. Nenhum texto, nenhuma frase e nenhuma palavra nasce do vazio: todos carregam vozes, memórias, referências e disputas que já circularam na sociedade antes mesmo de sua formulação (Orlandi, 2015). O interdiscurso não se confunde com a simples intertextualidade formal: ele abrange também os sentidos não ditos, os pressupostos compartilhados e os conflitos implícitos que permitem que um enunciado seja compreendido como coerente ou relevante para um público específico. Essa dimensão revela que a linguagem é sempre marcada pela alteridade: ao falar ou escrever, o sujeito reutiliza formas de dizer que não são totalmente suas, mas as reconfigura a partir de seu próprio lugar de enunciação. Em meus estudos sobre o percurso discursivo, acrescento que o interdiscurso também se materializa na própria trajetória do sujeito: os discursos que ele teve contato ao longo da vida, os saberes que aprendeu, as lutas que acompanhou compõem o repertório com o qual ele interpreta e produz novos sentidos, de modo que a relação entre o texto e o que o antecede não é apenas externa, mas constitutiva do próprio sujeito que lê ou fala (Soares, 2018).

Completando esses pilares, a AD centra-se na análise dos efeitos de sentido, que não são propriedades fixas das palavras nem da intenção de quem escreve, mas resultados provisórios da articulação entre três elementos: a materialidade linguística do enunciado, as condições históricas e sociais em que ele é produzido e as posições discursivas de quem o interpreta. Como ressalta Pêcheux (2010), não há sentido sem a relação entre esses fatores: uma mesma expressão pode gerar efeitos muito diferentes se proferida em contextos distintos, por sujeitos com diferentes lugares de fala ou para públicos com formações discursivas diversas. Por exemplo, a expressão “desenvolvimento regional” pode soar como um avanço necessário para gestores públicos, como uma ameaça aos

modos de vida tradicionais para populações locais ou como um objeto de análise crítica para pesquisadores, e nenhum desses sentidos é arbitrário: todos são efeitos da forma como o enunciado se insere em formações discursivas diferentes. Ao aprofundar essa discussão, destaco que os efeitos de sentido também são atravessados por heterogeneidades epistemológicas: quando diferentes saberes, acadêmico, tradicional, popular, religioso, entram em contato na interpretação, eles mobilizam critérios distintos de validade e de relevância, o que pode gerar tensões, mas também enriquecer a compreensão do próprio texto (Soares, 2022). Reconhecer essa pluralidade é essencial para não tratar como “erro” ou “ignorância” as leituras que não se alinham aos modelos hegemônicos.

Em conjunto, esses conceitos permitem compreender a linguagem não como um espelho neutro da realidade, mas como um espaço de construção, disputa e transformação da realidade. A AD não se limita a descrever como os textos são organizados: ela busca explicar como eles participam da organização da sociedade, como produzem efeitos sobre os sujeitos e como podem tanto reproduzir quanto questionar as relações de poder. É essa base teórica robusta que torna a AD capaz de oferecer uma compreensão da leitura que vai muito além da decodificação ou da apreensão de uma mensagem pré-definida, tema que será desenvolvido a seguir.

3 A LEITURA COMO PRÁTICA DISCURSIVA

A Análise do Discurso, ao romper com a visão da linguagem como instrumento neutro e da leitura como mera decodificação de sinais gráficos, oferece os referenciais necessários para compreender o ato interpretativo como uma prática discursiva plena, situada e constitutiva dos sujeitos e das relações sociais, uma compreensão que ganha ainda mais profundidade quando articulada às reflexões críticas que desenvolvi sobre os riscos e as tensões que marcam a concepção contemporânea da leitura. Diferente de abordagens que tratam a leitura como um processo individual, puramente cognitivo ou que se esgota na apreensão de uma mensagem supostamente contida no texto, esta perspectiva entende que ler é participar de uma disputa histórica sobre os sentidos, na qual se articulam o que o texto diz, o que ele cala, as condições em que foi produzido e as condições em que é recebido. Nesse sentido, a leitura não se inicia quando o leitor abre um livro ou acessa um texto, nem se encerra quando ele termina a sua leitura: ela se insere

em uma trajetória mais ampla, marcada por discursos que antecedem o próprio texto e por experiências que moldam o modo como cada sujeito se relaciona com a linguagem e com o mundo.

A partir do conceito de formação discursiva, compreendemos que nenhuma leitura é neutra ou universal: os sentidos que atribuímos a um texto são sempre limitados e possibilitados pelas regras que definem o que é razoável, verdadeiro ou relevante em nosso contexto histórico e social. Essa constatação adquire uma dimensão crítica fundamental quando consideramos a própria construção social da noção de leitura que se consolidou nas últimas décadas: ao ampliar-se excessivamente o conceito, passando a designar qualquer forma de interação simbólica ou interpretação da realidade, corre-se o risco de seu “esfarelamento técnico-conceitual”, que acaba por esvaziá-lo de sua especificidade e de sua relevância tanto teórica quanto prática. Como destaquei em estudo anterior (Soares, 2025), se ler se torna sinônimo de perceber, compreender ou interagir com qualquer elemento do mundo, perde-se a distinção necessária entre a leitura de textos escritos, que pressupõe domínio de códigos linguísticos, habilidades específicas e dedicação a uma materialidade simbólica definida e outras formas de relação com o conhecimento e com a cultura. Essa desdelimitação não é um detalhe teórico: ela tem consequências concretas, pois pode obscurecer os desafios reais de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que naturaliza a desvalorização da leitura como uma prática que demanda tempo, concentração e trabalho intelectual.

Quando lemos um texto produzido em outro tempo, por exemplo, não podemos projetar sobre ele os nossos próprios referenciais como se fossem os únicos válidos, nem aceitar os seus pressupostos como se fossem naturais: precisamos reconhecer a formação discursiva que tornou aqueles enunciados possíveis, assim como as tensões que eles carregam em relação ao seu próprio tempo. Da mesma forma, ao ler textos contemporâneos, a AD nos convida a identificar quais formações discursivas estão sendo mobilizadas para estabilizar certos sentidos como óbvios, ocultando as relações de poder que os sustentam, sendo justamente esse movimento de desnaturalização que faz da leitura uma prática crítica. Nesse processo, não podemos negligenciar o equilíbrio necessário entre a dimensão social e a dimensão subjetiva da leitura: embora ela seja sempre mediada por interações, valores e referenciais coletivos, também se constitui como um espaço singular de introspecção, elaboração pessoal e autonomia intelectual. A ênfase excessiva na construção social, quando descolada da experiência individual, pode

paradoxalmente reduzir a leitura a um produto ou a uma habilidade a ser validada externamente, enfraquecendo seu potencial como espaço de formação do pensamento próprio.

O conceito de interdiscurso, por sua vez, nos ajuda a entender por que a leitura é sempre um movimento dialógico, nunca solitário, também por que a experiência solitária de contato com o texto continua insubstituível. Ao interpretar um texto, não estamos apenas respondendo ao que está escrito ali: estamos também dialogando com todas as vozes, memórias e disputas que atravessam aquele enunciado, assim como com as referências que nós mesmos trazemos para a leitura. Todo texto ecoa outros discursos, que podem ser confirmados, contestados ou transformados no ato de interpretação e todo leitor, ao longo do seu percurso discursivo, acumula uma rede de referências que molda o que ele consegue ver e dizer sobre o que lê. Os dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” de 2024 (Rodrigues, 2024) revelam, contudo, que esse encontro entre vozes coletivas e reflexão individual vem se tornando cada vez mais raro: quase 7 milhões de leitores deixaram de ler livros em apenas cinco anos, e mais da metade da população não lê sequer parte de um livro em um período de três meses. Entre os fatores que explicam esse cenário, destaca-se a crescente associação da leitura à necessidade de interconectividade, compartilhamento e validação externa, uma tendência que, ao exigir que toda experiência seja imediatamente visível e aprovada por outros, apaga justamente o momento silencioso, privado e sem recompensa imediata em que se consolidam as ideias e se forma a consciência crítica.

A noção de efeitos de sentido aprofunda ainda mais essa discussão, ao mostrar que não existe uma única interpretação “correta” ou definitiva de um texto: o que existem são efeitos de sentido que se produzem na relação entre o texto, o contexto e o sujeito-leitor. O mesmo enunciado pode gerar efeitos muito diferentes dependendo de quem o lê, em que situação e com quais objetivos e cada um desses efeitos revela algo tanto sobre o texto quanto sobre o lugar de quem interpreta. Reconhecer isso não significa dizer que “tudo pode ser entendido de qualquer maneira”, mas sim que qualquer leitura precisa ser capaz de explicar como ela se construiu, quais pressupostos adota e quais relações de poder ela fortalece ou questiona. Em trabalhos anteriores, acrescento que esses efeitos também são atravessados por tensões entre o que se espera da leitura como prática social e o que ela significa para cada sujeito: ao ser instrumentalizada para a obtenção de saberes utilitários ou para a comparação com outros, a leitura perde seu valor em si mesma, como

experiência que vale por si mesma, independentemente de seus resultados práticos ou de sua aceitação coletiva.

Assim, a leitura, sob a ótica da Análise do Discurso, é um processo ativo, político e criativo: ao interpretar um texto, nós não apenas compreendemos o mundo, mas também participamos da sua construção. Somos ao mesmo tempo interpelados pelos discursos que nos formam e capazes de agir sobre eles, de questionar seus limites e de produzir novos sentidos, mas essa capacidade depende de preservarmos tanto a dimensão social da leitura, que nos conecta a outros saberes e outras histórias, quanto sua dimensão singular, que nos permite pensar por nós mesmos. A compreensão discursiva da leitura não contradiz, antes fortalece, a necessidade de manter sua especificidade: ela é ao mesmo tempo uma prática que se constrói na relação com os outros e um exercício que cada sujeito precisa realizar por si mesmo, em um contato profundo e demorado com a palavra escrita. É essa compreensão que permite pensar a leitura não como uma habilidade técnica a ser dominada, nem como um comportamento social a ser performado, mas como uma prática fundamental para a formação de sujeitos autônomos e conscientes do seu lugar no jogo discursivo, abrindo caminho para as aplicações práticas que serão desenvolvidas a seguir.

4 APLICAÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E MIDIÁTICOS

A Análise do Discurso, ao oferecer ferramentas para compreender a leitura como prática situada, disputada e atravessada por relações de poder, revela-se especialmente potente quando aplicada aos espaços onde se ensina, se aprende e se circula informação, contextos em que as concepções sobre o que é ler e para que serve têm consequências diretas sobre a formação dos sujeitos. Nesse sentido, é fundamental que essas aplicações não se limitem a repetir fórmulas consolidadas, mas dialoguem com os riscos e os desafios que marcam a compreensão contemporânea da leitura, tal como analisei em estudo dedicado aos perigos de sua construção social (Soares, 2025). Como argumento, ao ampliar-se excessivamente o conceito de leitura, ao ponto de designar qualquer forma de interação simbólica, corre-se o risco de seu esfarelamento técnico-conceitual, que acaba por esvaziar sua especificidade e por obscurecer a necessidade de se preservar tanto sua dimensão social quanto sua dimensão introspectiva e autônoma (Soares, 2025). Essa

reflexão é central para que a AD seja aplicada de maneira crítica, e não apenas reprodutora de tendências que fragilizam a prática leitora.

No âmbito educacional, a AD permite superar a visão que reduz o ensino da leitura à decodificação ou à apreensão de uma mensagem pré-definida, mas também oferece subsídios para evitar os equívocos de uma abordagem que a conceba apenas como interação ou troca, sem levar em conta suas condições materiais e sua especificidade. Ao trabalhar com os conceitos de formação discursiva, interdiscurso e efeitos de sentido, os educadores podem incentivar os alunos a situar os textos em seus contextos históricos, a identificar os pressupostos que eles carregam e a reconhecer como suas próprias experiências e referenciais moldam a interpretação, mas sem perder de vista que a leitura de textos escritos demanda habilidades específicas, domínio de códigos e um tempo dedicado de contato com a materialidade linguística (Soares, 2025). Nesse sentido, é preciso equilibrar a valorização da dimensão dialógica e social da leitura com a defesa de seu valor em si mesma, não apenas como meio para obter saberes utilitários ou para ser compartilhada e validada externamente. Como destaquei, quando se atribui ao professor a responsabilidade exclusiva por “fazer da leitura uma prática envolvente”, ignora-se as condições precárias de trabalho que limitam suas próprias possibilidades de ser um leitor assíduo e reflexivo, reproduzindo uma visão individualista que não dá conta dos desafios estruturais da formação leitora (Soares, 2025). A AD ajuda a deslocar essa discussão: ao situar a leitura no jogo das formações discursivas, permite compreender que as dificuldades de acesso e de permanência na prática leitora estão ligadas a relações de poder que vão além da ação isolada de professores ou alunos.

Essa perspectiva ganha ainda mais relevância diante do cenário atual da leitura no Brasil: dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, de 2024 (Rodrigues, 2024), revelam que mais da metade da população não lê livros, com uma perda de cerca de 6,7 milhões de leitores em apenas quatro anos, um declínio que coincide com a disseminação de uma concepção que prioriza a leitura rápida, fragmentada e voltada para a troca imediata, em detrimento da experiência solitária e aprofundada com o texto escrito (Instituto Pró-Livro, 2024; apud Soares, 2025). Em sala de aula, a aplicação da AD pode contribuir para reverter essa tendência ao incentivar práticas que articulem a análise crítica dos discursos ao exercício da leitura demorada, da reflexão individual e da capacidade de construir uma interpretação própria, sem depender de validação externa. Isso significa reconhecer, como defendem Ferreiro e Teberosky, que embora a

aprendizagem da leitura se dê em interação social, ela só se consolida quando o sujeito consegue se apropriar dos sentidos de forma autônoma (Ferreiro, 1991; apud Soares, 2025).

No contexto midiático, a AD se torna uma ferramenta indispensável para analisar como as mensagens são construídas para persuadir, informar ou emocionar, identificando as estratégias discursivas que elas mobilizam e os interesses que elas buscam legitimar, bem como para questionar como a própria mídia representa a leitura, associando-a cada vez mais à necessidade de interconectividade, de viralização e de comparação com outros, em detrimento de seu potencial como espaço de formação do pensamento crítico e individual (Soares, 2025). Ao analisar notícias, campanhas publicitárias, discursos políticos ou conteúdos de redes sociais, podemos perceber como se naturaliza a ideia de que “ler é estar conectado”, ao mesmo tempo em que se desvaloriza o ato de ler sem compartilhar, sem comentar e sem buscar aprovação alheia. A AD permite desconstruir esse movimento: ao mostrar que os sentidos são sempre negociados, ela nos lembra que também podemos reivindicar a leitura como um direito à introspecção, ao silêncio e à formação de uma visão de mundo que não precisa se alinhar às demandas da visibilidade e da instantaneidade.

Além disso, a perspectiva discursiva ajuda a compreender por que, mesmo com uma concepção ampla de leitura que abrange diferentes linguagens e suportes, o contato com livros e textos longos tem diminuído: ao perder sua delimitação conceitual, a leitura também perde sua especificidade como prática que demanda esforço, concentração e dedicação, qualidades que são cada vez menos valorizadas em um contexto que prioriza a produtividade e a troca rápida de informações (Soares, 2025). A aplicação da AD nesse campo consiste, portanto, em não apenas analisar os discursos midiáticos, mas também em questionar os próprios discursos sobre a leitura, de modo a construir uma compreensão que não anule nem sua dimensão coletiva, nem sua dimensão singular.

Em síntese, as aplicações da Análise do Discurso nesses dois contextos se fortalecem quando articuladas às reflexões sobre os riscos da construção social da leitura: ao reconhecer que a ampliação conceitual pode levar ao esvaziamento da prática leitora, a AD oferece bases para uma atuação que seja crítica tanto em relação aos discursos que circulam na sociedade quanto em relação às próprias teorias que orientam como ensinamos e compreendemos a leitura. Dessa forma, ela contribui para formar leitores capazes de questionar o que leem, mas também capazes de valorizar o próprio ato de ler,

como uma prática que é ao mesmo tempo social e profundamente pessoal.

5 AUTOCRÍTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO: LIMITES E RISCOS DA PRÓPRIA ABORDAGEM

A potência analítica da Análise do Discurso, que permite desnaturalizar sentidos, situar interpretações e compreender a leitura como prática situada, não dispensa uma rigorosa autocrítica: como desenvolvi em *Os limites da interpretação: teorias do discurso, verdade e fake news* (Soares, 2026), as próprias ferramentas que usamos para analisar discursos carregam riscos, lacunas e tensões que, se não reconhecidas, podem reproduzir os mesmos problemas que buscam combater. Essa autocrítica parte de uma constatação central: a proliferação de interpretações descontroladas, que confunde pluralidade com relativismo e legitima até manipulações deliberadas como as fake news, não é um acidente externo às teorias do discurso, ela se alimenta, em grande medida, de uma apropriação ideológica de suas conquistas teóricas, que vulgariza ideias complexas em slogans como “tudo é discurso”, “não há verdade, apenas interpretação” e “qualquer leitura é tão legítima quanto qualquer outra” (Soares, 2026). Trata-se, portanto, de examinar os limites internos da própria abordagem, para preservar sua força crítica sem cair nas armadilhas que ela própria ajuda a identificar.

Um primeiro conjunto de riscos decorre da radicalização indevida da ideia de que os sentidos são historicamente situados e atravessados por relações de poder. Ao mostrar que não há uma verdade absoluta, transcendental e independente de regimes discursivos, a Análise do Discurso contribuiu para desmontar dogmatismos e abrir espaço para vozes marginalizadas, porém, essa conquista foi frequentemente transformada, em versões simplificadas, na negação de qualquer distinção válida entre afirmações baseadas em evidências e afirmações deliberadamente enganosas. Como demonstro no livro, essa vulgata pós-estruturalista não representa rigorosamente as teorias originais de autores como Pêcheux, Foucault ou Bakhtin, mas cria uma brecha perigosa: se todo saber é apenas “mais uma narrativa”, então os critérios de validação científica, de verificação factual e de argumentação pública perdem sua legitimidade, e as fake news podem se apresentar com o mesmo estatuto que pesquisas consolidadas (Soares, 2026). O risco aqui não é reconhecer a historicidade da verdade, mas dissolver a diferença entre regimes

discursivos que incorporam mecanismos de autocorreção e aqueles que se fecham em crenças imunes ao questionamento.

Em cada uma das vertentes da Análise do Discurso que fundamentam este trabalho, é possível identificar pontos cegos que demandam autocrítica. Na vertente materialista de Michel Pêcheux, por exemplo, a centralidade atribuída à ideologia e à interpelação do sujeito traz o risco de superdeterminação: ao explicar os sentidos como efeitos de formações ideológicas e inconscientes, corre-se o perigo de construir uma interpretação que não admite contraexemplos, qualquer resistência ou divergência pode ser lida como “esquecimento” ou “reprodução ideológica”, transformando a teoria em um sistema fechado, incapaz de falseamento e que acaba reproduzindo o mesmo dogmatismo que critica (Soares, 2026). Na vertente arqueogenealógica de Michel Foucault, a recusa em estabelecer critérios normativos explícitos, necessária para descrever como diferentes regimes de verdade funcionam historicamente, deixa o analista desarmado diante da pergunta: por que deveríamos preferir uma interpretação que busca evidências a uma que manipula dados? Ao descrever a verdade como efeito de relações de saber-poder, sem suplementar essa análise com uma reflexão sobre critérios de validade, abre-se espaço para que essa própria ideia seja usada para justificar que “toda verdade é mentira de quem tem poder” (Soares, 2026). Já na vertente dialógica de Bakhtin, a ênfase na pluralidade de vozes e na abertura dos sentidos pode ser simplificada como ausência total de limites, ignorando que a própria troca dialógica pressupõe regras, responsabilidade e um compromisso mínimo com a compreensão mútua, condições que as fake news, por definição, rejeitam (Soares, 2026).

Outro risco fundamental é o que chamo de “esgarçamento da interpretação”: o processo pelo qual a legítima abertura semântica dos discursos, condição essencial para a crítica, a inovação e a democracia, é levada a extremos que dissolvem qualquer distinção entre uma leitura fundamentada e uma manipulação deliberada (Soares, 2026). Essa dinâmica se manifesta em três níveis que a própria Análise do Discurso precisa reconhecer: epistemologicamente, ao confundir a construção social dos saberes com a arbitrariedade total; discursivamente, ao permitir que discursos falsos simulem as mesmas credenciais e cenografias que os discursos legítimos; e tecnicamente, ao ignorar como os algoritmos e a lógica da atenção digital amplificam as interpretações mais radicais e emocionais, independentemente de seu lastro (Soares, 2026). Como o exemplo da campanha publicitária das Havaianas de 2025 demonstra, mesmo um enunciado sem

qualquer conteúdo político explícito pode ser interpretado como propaganda ideológica, não por características do próprio texto, mas por condicionantes externos e a Análise do Discurso, ao reconhecer essa possibilidade, tem a responsabilidade de definir onde termina a análise crítica e onde começa a projeção arbitrária de sentidos (Soares, 2026).

Além disso, a autocrítica deve alcançar as próprias práticas de pesquisa e ensino: ao reduzir a Análise do Discurso a um conjunto de categorias aplicáveis mecanicamente, ou ao apresentá-la como uma ferramenta que permite “desvendar a verdade oculta” por trás de qualquer texto, corremos o risco de formar analistas que não sabem explicar como chegaram a suas conclusões, nem quais limites elas têm. Como destaque, ignorar as condições de validade de uma interpretação, ou seja, saber justificar por que certos sentidos são possíveis e outros não, em quais contextos e com quais consequências, transforma a análise em um exercício de autoridade pessoal, em vez de um trabalho rigoroso e compartilhável (Soares, 2026). Isso se agrava quando a própria noção de leitura é excessivamente ampliada, como discuti em outro estudo: se tudo é discurso e tudo é leitura, perdemos a capacidade de distinguir a análise crítica da mera opinião, e de defender a especificidade da leitura de textos escritos como uma prática que demanda esforço, rigor e dedicação (Soares, 2025).

Essa autocrítica não significa rejeitar as conquistas da Análise do Discurso, ao contrário: ela é necessária para fortalecê-la. O objetivo não é retornar a visões que reduzem a leitura a uma única interpretação correta, mas sim construir uma postura que, sem abandonar a pluralidade, saiba reconhecer seus limites. Como defendo, a solução não é recair no dogmatismo, mas articular três conceitos que faltam a muitas versões simplificadas da abordagem: a responsabilidade interpretativa (o compromisso de justificar publicamente os sentidos que atribuímos), os limites pragmáticos da interpretação (o reconhecimento de que o texto e as condições de produção não permitem qualquer sentido) e as condições de validade discursiva (os critérios que permitem distinguir uma leitura fundamentada de uma manipulação) (Soares, 2026). Sem essa autocrítica, a Análise do Discurso corre o risco de se tornar, paradoxalmente, um instrumento que contribui para a insegurança interpretativa e para a erosão da verdade que busca combater.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a Análise do Discurso configura-se como uma teoria consistente e abrangente da leitura, capaz de articular rigor teórico, crítica social e autocrítica epistemológica, superando visões que reduzem o ato interpretativo a mera decodificação, a uma abertura sem limites ou a uma prática exclusivamente coletiva ou individual. Ao reunir seus conceitos fundantes, formação discursiva, interdiscurso e efeitos de sentido, às reflexões desenvolvidas sobre os riscos da construção social da leitura e sobre os limites da própria interpretação, o artigo avança em uma proposta original: compreender a leitura como uma prática simultaneamente situada, crítica e responsável, que não se reduz nem à reprodução de sentidos pré-estabelecidos nem à arbitrariedade interpretativa.

Entre as principais contribuições deste trabalho, destaca-se, em primeiro lugar, a explicitação dos equívocos e perigos que acompanham a ampliação indiscriminada do conceito de leitura: ao estendê-lo a qualquer forma de interação simbólica, corre-se o risco de seu esfarelamento conceitual, que esvazia sua especificidade como prática que demanda domínio de códigos, tempo de dedicação e exercício introspectivo, dimensões fundamentais que têm sido cada vez mais apagadas diante da valorização excessiva da validação externa, da instantaneidade e da interconexão como únicos critérios de legitimidade da prática leitora. Em segundo lugar, consolidou-se a compreensão de que a leitura não é nem um ato solitário e descontextualizado nem um produto exclusivo de determinações sociais: ela se constitui na tensão entre essas duas dimensões, de modo que a construção social da leitura não anula, mas pressupõe e fortalece o espaço singular de reflexão, elaboração pessoal e formação da autonomia intelectual.

Em terceiro lugar, e de forma inédita, este trabalho incorporou uma rigorosa autocrítica da própria Análise do Discurso, demonstrando que suas conquistas teóricas, ao revelar a historicidade dos sentidos, a construção social da verdade e a presença de relações de poder em todo discurso, foram frequentemente apropriadas de forma simplificada, gerando uma vulgata que dissolve critérios de validade e alimenta o que se denominou esgarçamento da interpretação: o processo pelo qual a legítima pluralidade de sentidos se confunde com a manipulação deliberada, abrindo espaço para a proliferação de discursos anticientíficos, negacionistas e desinformativos. Nesse sentido, argumentou-se que a solução não é recair em dogmatismos ou em visões essencialistas da verdade,

mas articular a abertura interpretativa a três princípios fundamentais: a responsabilidade do intérprete em justificar publicamente seus sentidos, o reconhecimento dos limites pragmáticos impostos pelo texto e pelas condições de produção, e a definição de critérios compartilhados que permitam distinguir uma leitura fundamentada de uma manipulação abusiva.

Essas reflexões reafirmam a relevância da Análise do Discurso para os estudos da linguagem e para a formação de leitores na contemporaneidade: ela oferece ferramentas para desnaturalizar os sentidos que se apresentam como óbvios, para identificar as relações de poder que estruturam os textos e para dar voz a saberes e vozes historicamente marginalizadas, bem como ensina a questionar as próprias ferramentas que utiliza, evitando que se transformem em novos dogmas ou em instrumentos que reproduzam a insegurança interpretativa. Ao articular essa perspectiva teórica aos desafios concretos do declínio da leitura no Brasil, da circulação de desinformação e da necessidade de formar sujeitos capazes de pensar por si mesmos, este trabalho busca contribuir para uma renovação dos estudos sobre a leitura: uma que não negue sua dimensão social, mas que também não renuncie ao seu valor em si mesma, como espaço insubstituível de encontro com o outro, com o mundo e com a própria consciência crítica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.] 4^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

RODRIGUES, G. Retrato da Leitura no Brasil: 53% da população não lê, aponta pesquisa. **SBT News**, São Paulo, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/retrato-da-leitura-no-brasil-53-da-populacao-nao-le-aponta-pesquisa>. Acesso em: 20 jul. 2026.

SOARES, T. B. **Percurso Linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

SOARES, T. B. **Percurso Discursivo**: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. A construção social da leitura: um de seus perigos. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, v. 5, p. 1-13, jan./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.9993>. Acesso em: 20 jul. 2026.

SOARES, T. B. **Os limites da interpretação**: teorias do discurso, verdade e fake news. Prefácio de Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2026.